

Volta ao mundo para obter os dólares de que o País necessita

A. M. PIMENTA NEVES
Nosso correspondente

WASHINGTON — A corrida de volta ao mundo para o Brasil conseguir US\$ 6,5 bilhões dos bancos privados internacionais começa hoje com uma reunião do presidente do Banco Central do Brasil com representantes de cerca de 60 bancos e do Fundo Monetário Internacional, na sede da organização, em Washington.

Como se sabe, o comitê de assessoramento bancário, que presta assistência técnica ao governo brasileiro; há dez dias concordou em princípio em contribuir com US\$ 6,5 bilhões em empréstimos ao País (parte de um pacote de 11 bilhões), para o restante deste ano e para 1984.

Embora o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, possa comparecer à reunião, o FMI será de fato representado por William Dale, gerente-adjunto, que, juntamente com William Rhodes, "chairman" do comitê de assessoramento dos bancos, acompanhará Pastore numa viagem a vários países em busca de adesão dos bancos ao pacote financeiro.

Dale compareceu a diversas reuniões do comitê de assessoramento nos últimos meses. Rhodes se juntará a Pastore quando o presidente do Banco Central do Brasil passar por Nova York, a caminho de Washington, hoje. Segundo fontes financeiras, os três devem ir a Toronto e Califórnia antes de seguir viagem para Honolulu, no Havaí.

O comitê de assessoramento, o governo brasileiro e o FMI ainda têm

de convencer o grosso dos bancos em todo o mundo a participar do "jumbo" de US\$ 6,5 bilhões. Espera-se que alguns bancos relutem em aderir. Há dificuldades mesmo com alguns grandes bancos norte-americanos e, entre os demais, os japoneses são dos mais recalcitrantes, segundo fontes do mercado. O diretor-executivo do Japão no Banco Mundial, por exemplo, tentou sem êxito retardar a decisão da diretoria do Bird, que antontem concedeu dois empréstimos de rápido desembolso ao Brasil, no valor total de US\$ 655 milhões. Restrições aos empréstimos também foram levantadas pelos representantes da Grã-Bretanha, da Itália e da Tailândia.

PRAZO MAIOR

Quanto à concessão de um prazo maior do que o habitual para o Brasil pagar os US\$ 6,5 bilhões em novos empréstimos que os bancos deveriam fazer ao Brasil, além dos 5,5 bilhões em amortizações devidas em 1984 e que serão reescaladas, disse uma fonte do Citibank: "Ainda estamos negociando". A mesma fonte afirmou que não podia anunciar nenhuma decisão preliminar, mas que seria distribuída uma nota à imprensa após a reunião de hoje no FMI.

O Brasil está solicitando nove anos, com quatro de carência, para pagar esses compromissos, pelo que se pôde depreender das informações esparsas colhidas nos meios financeiros. Uma fonte disse que o Brasil solicitou as novas condições, mais favoráveis, antes mesmo da reunião anual do FMI. Geralmente, os prazos concedidos durante esta crise têm sido de oito anos com três de carência.